

A conjuntura europeia na passagem do século XVIII para o século XIX

Encerrado o processo revolucionário francês, com o golpe do 18 Brumário (1799), a França, sob comando de Napoleão Bonaparte, realizou uma expansão territorial buscando construir a sua hegemonia no continente.

As tentativas de dominação francesa entraram em conflito com os interesses britânicos, uma vez que, na Inglaterra, desde fins do século XVIII, havia se iniciado um processo histórico – a Revolução Industrial –, parte integrante da “dupla revolução” que contribuiu decisivamente para a afirmação da ordem capitalista.

As pretensões hegemônicas francesas prejudicavam os interesses capitalistas ingleses, que buscavam uma ampliação dos mercados. Essa foi uma das razões pelas quais a diplomacia britânica posicionou-se a favor de um equilíbrio de forças na Europa do princípio do século XIX, que parecia estar sendo rompido pela França napoleônica. Assim, devido ao crescente poderio francês, a Inglaterra aliou-se à Prússia, Áustria e Rússia contra a França.

Vencendo sucessivamente o exército austro-russo em Austerlitz (1805) e o exército prussiano em Iena, Napoleão, de forma triunfal, entrou em Berlim, onde decretou o **Bloqueio Continental** (1806), em uma tentativa de arruinar o comércio inglês e asfixiar a economia britânica.

Segundo esse decreto, todos os países estavam “proibidos” de manter relações comerciais com a Inglaterra. Portugal, nesse contexto, pretendia a neutralidade, e D. João, então príncipe regente, em um primeiro momento, imaginou ser possível manter equidistância em relação às duas potências, o que não se mostrou muito viável.

Após ocupar a Espanha (1807), Napoleão assinou com esse país o **Tratado de Fontainebleau**, decretando a invasão imediata de Portugal caso este não rompesse definitivamente com a Inglaterra.

Pensava também em dominar a esquadra portuguesa, o que garantiria o controle do Atlântico sul.

Sob pressão britânica e com a possibilidade de ter a sua esquadra bombardeada em Lisboa pelos ingleses caso aderisse às exigências francesas, D. João, por “sugestão” do embaixador inglês Lord Strangford, decidiu-se pela transferência da Corte para o Brasil, única possibilidade de preservação da própria dinastia de Bragança.

A Corte Portuguesa no Brasil (1808-1821): significado histórico

A historiadora Lilia Schwarcz, em seu livro *As Barbas do Imperador*, assim se referiu à chegada de D. João ao Brasil em janeiro de 1808: “Quando o príncipe regente português, D. João, chegou de malas e bagagens para residir no Brasil, houve um grande alvoroço na cidade do Rio de Janeiro. Afinal, era a própria encarnação do rei que aqui desembarcava. D. João não precisou, porém, caminhar muito para alojar-se. Logo em frente ao cais estava localizado o Palácio dos vice-reis.”

(SCHWARCZ, L. M. **As barbas do imperador**. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: companhia da letras, 1998. p. 52)

Nesse momento, verificava-se a inversão da relação entre metrópole e colônia, já que a sede política do império passava do centro para a periferia.

SABENDO

UM POUCO MAIS



O processo histórico que culminou na vinda da Família Real para o Brasil teve desdobramentos políticos extremamente significativos. Ao examinar essa questão, o historiador Caio Prado Júnior observou:

A Corte no Brasil e o caráter singular da independência

A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808 veio dar à nossa emancipação política um caráter que a singulariza no conjunto do processo histórico da independência das colônias americanas. Todas elas, mais ou menos pela mesma época, romperam os laços de subordinação que as prendiam às nações do Velho Mundo. Mas, enquanto nas demais, a separação é violenta e se resolve nos campos de batalha, no Brasil é o próprio governo metropolitano quem, premido pelas circunstâncias, embora ocasionais, que faziam da colônia a sede da monarquia, quem vai paradoxalmente lançar as bases da autonomia brasileira. Estabelecendo no Brasil a sede da monarquia, o Regente aboliu *ipso facto* o regime de colônia que o país até então vivera.

(PRADO JÚNIOR, C. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1975. p. 42-43.)



Essa singularidade à qual Caio Prado se referiu esteve presente também na preservação da **unidade territorial** da América portuguesa, ao contrário do que aconteceu na América hispânica, e na implantação do **regime monárquico** no Brasil. Também o economista Celso Furtado (1971, p. 35) percebeu essa singularidade ao afirmar:

“A forma peculiar como se processou a independência da América portuguesa teve consequências fundamentais no seu subsequente desenvolvimento.”

A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, em 1808, provocou sensíveis transformações na vida brasileira. Elas foram decorrência de algumas medidas tomadas pela Coroa durante o chamado “período joanino”:

- **Carta Régia de 18 de janeiro de 1808**, que ordenou “interina e provisoriamente a abertura dos portos brasileiros às nações amigas”. Na prática, rompeu-se o **Pacto Colonial** da era mercantilista, possibilitando o início da inserção da economia brasileira no contexto mais amplo da ordem capitalista em consolidação;
- **revogação do Alvará de 1785**, ainda em 1808, que proibia a instalação de manufaturas na Colônia. Em tese, a partir dessa medida abriram-se possibilidades de um processo de industrialização, que, no entanto, não se efetivou. A permanência de uma estrutura socioeconômica alicerçada no binômio latifúndio-escavidão, o pouco expressivo mercado interno, a ausência de uma mentalidade empresarial e a insuficiência de capitais foram alguns dos fatores que inviabilizaram o avanço industrial;
- **tratados de Paz e Amizade e Comércio e Navegação (1810)** com a Inglaterra, que deram a esse país uma posição privilegiada em relação aos direitos alfandegários, pois enquanto se fixava uma pauta geral de 24% *ad valorem* sobre as importações estrangeiras e de 16% sobre as que vinham de Portugal (vinhos, azeite, vinagre, etc.), outorgou-se à Inglaterra a tarifa preferencial de 15%;
- elevação do Brasil à categoria de **Reino Unido a Portugal e Algarves**, em 1815, por pressão da diplomacia inglesa à época da realização do Congresso de Viena. Com essa modificação de caráter político-institucional, alterou-se o *status* colonial e foi consagrada a chamada “inversão brasileira”, uma vez que o Brasil – oficialmente não mais uma colônia – consolidou sua posição como sede do Império português;
- criação do **Supremo Conselho Militar e de Justiça no Rio de Janeiro**, cuja competência era aplicar leis originárias de Portugal;
- criação do **Conselho de Estado** (órgão de consulta);
- elevação do **Tribunal de Relação do Rio de Janeiro** à categoria de **Casa de Suplicação**, o que lhe deu competência para julgar causas em última instância;
- criação da **Imprensa Régia e do Real Erário**;
- criação da **fábrica de pólvora e da Junta de Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação do Brasil**;
- criação do **Real Hospital Militar do Rio de Janeiro** e de uma escola de anatomia, de cirurgia e de clínica médica;
- fundação do **Banco do Brasil**;
- decreto para que no Brasil se pudesse ceder sesmarias a estrangeiros e liberação à entrada deles. Fundou-se, inclusive, a primeira colônia de imigrantes: Nova Friburgo, no Rio de Janeiro (colonos suíços);

- criação da Escola de Ciências, Artes e Ofícios e autorização para serem contratados professores estrangeiros. Neste contexto, organiza-se a vinda da Missão Artística Francesa;
- decreto sobre a liberdade de imprensa e suspensão da censura prévia a que estavam sujeitos os escritos e impressos (lei de 1821, já na regência de D. Pedro).



Na sociedade brasileira do princípio do século XIX, à época da independência, a escravidão era uma instituição ainda dominante no país, principalmente em determinadas regiões: no Rio de Janeiro, os escravos faziam parte da paisagem urbana e eram empregados em inúmeras atividades. Eram comuns as figuras das “negras de tabuleiro”, que vendiam seus quitutes em ruas movimentadas, próximo ao porto, por exemplo, como as que foram representadas por Henry Chamberlain, na aquarela abaixo.



CHAMBERLAIN, H. **Uma banca no mercado**. 1821. Aguatinta e aquarela sobre papel, 20,5 cm x 28,6 cm. São Paulo, Coleção Brasileira.

As “negras de tabuleiro” usavam amuletos variados, como as figas, que garantiam proteção e sorte, revelando um complexo universo cultural, ainda hoje presente e repleto de significados.